

DISPUTAS TERRITORIAIS E A FORMAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DA REGIÃO FRONTEIRIÇA DO PAMPA GAÚCHO

Disputas Territoriales y la Formación Socioeconómica de la Región Fronteiriça del Pampa Gaúcho

Deivid Ilecki FORGIARINI*
Paulo CASSANEGO JR**

Resumo: A presente pesquisa debruça-se sobre a história das disputas territoriais entre Brasil e Uruguai e suas respectivas metrópoles coloniais, com destaque aos séculos XVIII e XIX com o objetivo de compreender a formação econômica da região do Pampa e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e norte do Uruguai. A metodologia usada foi de análise documental e bibliográfica de materiais brasileiros e uruguaios. A partir desse olhar histórico, analisa-se a formação socioeconômica da região, com atenção especial para a estruturação fundiária, no momento da dotação de terras por parte das Coroas Portuguesa e Espanhola.

Palavras-chave: Disputas territoriais, Fronteira, Pampa gaúcho, Estrutura Fundiária e Social.

Resumen: Esta investigación se centra en la historia de las disputas territoriales entre Brasil y Uruguay y sus respectivos poderes coloniales, especialmente los siglos XVIII y XIX. Desde esta mirada histórica, analiza la formación socioeconómica de la región, con especial atención a la estructura agraria en el momento de la asignación de tierras por las coronas portuguesa y española.

Palabras clave: Disputas territoriales, frontera, pampa gaúcho, estructura agraria y estructura social.

Introdução

O resgate histórico mostra-se uma importante ferramenta na busca pelo entendimento da dinâmica econômica da região da fronteira do Pampa Gaúcho (região que hoje corresponde a região do pampa e fronteira oeste do Rio Grande do Sul e o norte do Uruguai). Dessa forma, este trabalho busca estudar a formação socioeconômica da região a partir do olhar histórico e compreender melhor as ressonâncias dessa formação na conjuntura social da região. Como metodologia para alcançar esse objetivo, o presente estudo apresenta uma pesquisa documental e bibliográfica, utilizando materiais de produção acadêmica, tanto brasileiros quanto uruguaios.

* Bacharel em Administração e em Relações Internacionais, Mestre em Desenvolvimento Regional, Doutorando em Administração, Pesquisador do Núcleo de Pesquisa da ESCOOP – Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo. Email: deividforgiarini@gmail.com.

** Bacharel, Mestre e Doutor em Administração, Professor da Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento. Email: Paulo.cass@gmail.com.

As Disputas Territoriais Entre Portugal e Espanha na Região do Pampa Gaúcho

Para entender as disputas territoriais entre Espanha e Portugal no continente americano, é necessário analisar fatos pertinentes a essas duas Metrôpoles. Um desses fatos, o mercantilismo, foi mais do que um sistema econômico e pode ser conceituado como:

... ideias e práticas econômicas, que durante três séculos, estiveram ligadas ao processo de transição do feudalismo ao capitalismo, e mais particularmente; aos problemas dos Estados Modernos, absolutistas, e à expansão comercial e colonial europeia (FALCON, 1994, p. 17).

O movimento de Portugal e Espanha nas grandes navegações deu-se pela necessidade de se descobrirem novas rotas para a busca de especiarias no Oriente, uma vez que a rota do Mar Vermelho já era dominada por mercadores italianos. Portugal já detinha um relativo conhecimento do mapa africano, pois já havia circundado a África, dobrando o Cabo da Boa Esperança em 1488 (PINTOS, 2008). Quanto à Espanha, ao tentar a circum-navegação, com o objetivo de encontrar uma nova rota de acesso às especiarias do oriente, encontrou as Américas (PACHECO & SANGUINETTI, 1985).

Em 1493, foi lançada a Bula do Papa Alexandre VI, tratando das divisões do mundo além-mar entre Portugal e Espanha, mas foi em 1494, com o Tratado de Tordesilhas, que a presença desses dois países ficou consolidada.

Esse ato mostrou, desde o início destas relações de definições de territórios, a influência da igreja católica (PACHECO & SANGUINETTI, 1985).

O Tratado de Tordesilhas foi uma das primeiras vitórias da diplomacia portuguesa, que conseguiu avançar a linha divisória 300 léguas a oeste, dando possessões onde hoje é território do Brasil (PINTOS, 1990). Contudo, essa divisão carecia de um limite físico, já que o conhecimento do território era pequeno e os mapas eram facilmente alterados, abrindo espaço para contestações. Para Pintos (2008), logo depois da conquista do Brasil em 1500, Portugal percebeu a importância da Bacia do Prata e da ligação entre o litoral e o centro do território sul-americano, especialmente depois das expedições de 1530. Mas, em 1580, a União Ibérica (que uniu, pela sucessão dinástica, Portugal e Espanha) consubstanciou-se mais pela absorção de Portugal do que, de fato, pela união entre as duas coroas. Assim, os portugueses pouco agiram nas terras brasileiras até a separação, em 1640.

Em 1676, a Igreja Católica criou o bispado do Rio de Janeiro, cujo limite territorial era o Rio da Prata (PINTOS, 2008). Apesar desse ato não ser legalmente reconhecido, considerando a influência histórica da Igreja nas relações entre Portugal e Espanha, essa postura já indicava a influência portuguesa nos territórios onde, hoje, encontra-se o Uruguai. Destaca-se, ainda, que, após o fim da União Ibérica (1640), os espanhóis desistiram dos Sete Povos das Missões¹, devido aos inúmeros ataques dos bandeirantes, deixando o gado solto que, com o passar do tempo, reproduziu-se livremente, resultando em um rebanho xucro vultoso, assim sendo denominado “Vacaria del Mar”, o que se tornaria uma das bases econômicas pela disputa do solo gaúcho (PESAVENTO, 1985).

Com o abandono espanhol – acreditando ser o Rio da Prata o limite geográfico de suas possessões na América – Portugal, em 1679, adentrou territórios espanhóis e, em janeiro de 1680, começou a construção da fortificação da Colônia de Sacramento, palco de disputas entre Portugal e Espanha (PINTOS, 2008). O Rio da Prata era uma via de acesso ao centro do território sul-americano. Portugal buscava maiores quantidades de metais preciosos, uma vez que vinha perdendo terras na Ásia para as novas potências marítimas e estava sofrendo com um grande dote dado para o casamento entre Catarina de Bragança e Carlos II da Inglaterra. A Espanha encontrava-se em situação desfavorável, o Tratado “de las Americas” com a Inglaterra já demonstrava a supremacia inglesa nas terras de domínio ibérico, limitando as ações espanholas (PINTOS, 2008).

¹ Os Setes Povos das Missões surgiram após a criação da Companhia de Jesus (1540) pelo Jesuíta Inácio de Loyola, para onde os jesuítas vieram em 1549, com a missão de catequizar os índios, disseminando a doutrina católica (PADILHA P. R. P.; TRENTIN, I. C. L., 2003).

A Colônia de Sacramento não esteve por muito tempo nas mãos dos Portugueses, logo voltou ao domínio espanhol². Com interesse de buscar uma forma pacífica de solução das controvérsias, em 1715, foi firmado o Tratado de Utrecht³, também sem resultado. Porém, nesse tratado, incluiu-se a cláusula: “a Coroa portuguesa poderia propor a troca da Colônia por qualquer compensação territorial” e, dessa forma, a Colônia passa a ser definitivamente território de Portugal (RIO BRANCO, 2010 p. 23 e 24). A Espanha reagiu a esta troca, propondo a discussão da posse da Colônia de Sacramento, o que possibilita um ambiente para um novo acordo.

O Tratado de Madrid (1750) e o Uti possidetis

Alexandre de Gusmão foi o primeiro grande nome da diplomacia brasileira (RIO BRANCO, 2010). Por ter tido a oportunidade de receber uma educação diferenciada e a amizade do Rei D. João V, ascendeu na Coroa Portuguesa até ser nomeado Conselheiro de Capa e Espada e Ministro do Conselho Ultramarino (entre 1746 e 1749). Nesse Ministério, decidiu colonizar os territórios hoje conhecidos como Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enviando quatro mil casais (a maioria advindos da Ilha de Açores, Portugal) para essas regiões (RIO BRANCO, 2010).

Durante a primeira metade do século XVIII, D. João V entendia que a resolução dos problemas de fronteiras do Brasil era o ponto central da política externa portuguesa, e oito foram os diplomatas, ao longo desses anos, designados para isso, sem obterem sucesso. Todos defendiam a teoria segundo a qual a Colônia de Sacramento e as terras ao seu redor deveriam ser de Portugal (RIO BRANCO, 2010), tendo o Rio da Prata como limite geográfico (PACHECO & SANGUINETTI, 1985).

Alexandre de Gusmão, a partir dessas premissas, inovou na ação diplomática, propondo a cedência da Colônia de Sacramento para a Espanha (RIO BRANCO, 2010). Como ele estava ciente de tudo o que ocorria em território brasileiro, utilizou o Tratado de Tordesilhas contra a Coroa Espanhola. Assim, as bases para o

² Em 1701, foi firmado o Tratado de Mútua Aliança, determinando o fim imediato dos litígios na América - as metrópoles tinham problemas maiores na Europa e, mesmo que as terras tivessem a sua devida importância, a paz na América era melhor para as metrópoles - (PINTOS, 2008; 1990).

³ Os Tratados de Utrecht foram firmados na cidade de Utrecht, nos Países Baixos (1713-1715) e puseram fim à Guerra da sucessão espanhola (1701-1714), na qual entraram em conflito interesses de várias potências europeias. O trono da Espanha era pretendido por Filipe d'Anjou, neto do rei francês Luís XIV, e por Carlos, da casa da Áustria. As negociações abriram-se em janeiro de 1712, mas só efetivaram-se em abril de 1713, quando foram assinados os principais acordos, dos quais o último é de 1714. Em 1713, foi reconhecida a soberania de Portugal sobre as terras da América Portuguesa, compreendidas entre os rios Amazonas e Oiapoque. Em 1715, acordou-se com a restituição aos portugueses da Colônia de Sacramento.

Tratado de Madrid foram feitas com base em argumentos tanto de Portugal quanto da Espanha, mas o conhecimento português sobre a América foi decisivo para a construção do referido acordo, como pode ser visto no quadro 01:

QUADRO 01. Tratado de Madrid (1750) - Argumento entre as Metrôpoles

ARGUMENTOS DE PORTUGAL	ARGUMENTOS DA ESPANHA
a) Necessidade de um tratado geral de limites e, assim, necessidade de parar com os ajustes pontuais e sucessivos como queria a Espanha;	a) Partia-se do pressuposto de que as Filipinas eram da Espanha pelo Tratado de Tordesilhas (hoje se sabe que não);
b) Esse tratado, para ser feito, deveria ter como base o esquecimento do Tratado de Tordesilhas (1494), o qual ambos os impérios desrespeitaram, Portugal na América e Espanha na Ásia;	b) O maior problema da Colônia de Sacramento era ser um ponto de contrabando e de apropriação dos metais oriundos do Peru;
c) Incluir-se-ia o princípio do “ <i>uti possidetis</i> ”;	c) Sugeria-se a troca da Colônia de Sacramento por outros territórios.
d) As fronteiras deveriam ser delimitadas geograficamente;	
e) Colônia de Sacramento e territórios próximos do lado leste do Rio da Prata eram portugueses;	
f) Poder-se-ia admitir trocas equilibradas de território, como já afirmava o Tratado de Utrecht.	

Fonte: Adaptado de Góes, 1991, p. 111 e 112. Elaboração própria.

O Tratado de Madrid foi uma obra da diplomacia que marcou o seu tempo e toda a história da diplomacia do mundo, porque:

[...] foi o tratado de Madri que legalizou a posse do sul e do oeste brasileiros e da imensa área amazônica, regiões situadas à esquerda da linha de Tordesilhas. Como dividiu um continente, fato sem precedente e sem conseqüente no Direito Internacional, ao fixar os limites estava também estabelecendo as lindes terrestres de todos os vizinhos do Brasil [...]. (GOES 191 p.102)

Para isso, Alexandre de Gusmão propôs uma troca equilibrada - cederia a Colônia de Sacramento para a Espanha, esquecer-se-ia do Tratado de Tordesilhas e Portugal ficaria com as terras ao norte, ao oeste e ao sul do Brasil, todas “sem valor” (pelo menos naquele momento). Além disso, os Sete Povos das Missões passariam ao domínio português e os Jesuítas lá instalados iriam para o lado oeste do Rio Uruguai, estabelecendo-se, assim, a inserção do conceito do Uti Possidetis no direito público, o que, até então, era da esfera do direito civil. Em outras palavras, a demarcação das terras dar-se-ia pelo uso e colonização destas, o que ocasionou, definitivamente, a possessão portuguesa sobre o Rio Grande do Sul. Assim, Portugal passou a deter o meio jurídico para expandir seus domínios.

Conflitos Luso-Hispânicos dos Séculos XVIII e XIX e a Criação do Vice-Reinado do Prata

Mesmo para os portugueses, o Tratado de Madrid (1750) não foi bem entendido, tamanha a relevância da Colônia de Sacramento. Segundo Rio Branco (2010, p.32-33), tão logo o tratado foi anunciado, de imediato foi combatido pelo Brig^o. Vasconcellos (governador de Colônia de Sacramento de 1735 a 1737) e pelo Marquês de Pombal, que substituiu Alexandre de Gusmão e assumiu a diplomacia portuguesa após o falecimento de Dom João V em 1750, o que acabou gerando conflitos na América. Com isso, em 1763, foi assinado o Tratado “Pacto da Família” e a Colônia de Sacramento voltou para as posses de Portugal (PINTOS, 1990).

Carlos III decidiu, então, refrear o impulso português de domínio nas terras hispânicas na América, criando, em 1776, o Vice Reinado do Prata. Segundo Pacheco & Sanguinetti (1985), existiam inúmeros motivos para esta desaceleração dos domínios, desde a expansão portuguesa no continente americano adentro até a crescente presença inglesa (que atacou as Ilhas Malvinas e a Patagônia). Os autores evidenciam que, antes do século XVIII, a base econômica do sistema mundial estava nos fluxos do Mercantilismo (especialmente na detenção de metais preciosos). Durante o século XVIII, esses fluxos complexificaram-se com o comércio ascendente, tendo como uma das consequências a mudança do núcleo do império espanhol na América da Costa Pacífica (onde havia mais metais preciosos) para a Costa Atlântica (onde o comércio se desenvolvia mais).

Por esse motivo, em 1777, foi firmado o Tratado de Santo Ildefonso, quando a Espanha estava fortalecida em suas negociações, conseguindo recuperar boa parte de seus territórios (tais como os Sete Povos das Missões e a Colônia de Sacramento). O Tratado de Santo Ildefonso foi o último grande tratado entre as metrópoles portuguesa e espanhola sobre as fronteiras na região sul-americana (PACHECO & SANGUINETTI, 1985; BARRIOS, 2008; PESAVENTO, 1985). Não obstante, Portugal voltou a atacar o Vice-Reinado do Prata, com base no Tratado de Madrid (1750) para recuperar os Sete Povos das Missões e as demais áreas. Em 1812, Portugal envia um representante para Buenos Aires e é celebrado um armistício entre Portugal e Espanha (PINTOS, 1990).

Em 1810, a Argentina começou o seu processo de independência (pelo movimento das Províncias Unidas do Prata e pela ação do governo de Buenos Aires, que se sentia sucessora do Vice-Reinado) e empenhou-se nas guerras ao norte para manter seu território sob seu domínio. Buenos Aires acreditava que detinha os direitos sobre os territórios que iam desde o litoral do Atlântico até os Andes - território boliviano hoje (ABELLA 2008).

Abella (2008) evidencia que o governo de Buenos Aires optou pelo pragmatismo e não atacou o exército português que fora chamado pelas elites de Montevideu (os quais estavam sitiados por José Gervásio Artigas⁴ em 1811). Em 1812, o Armistício foi assinado, abrindo caminho para a dominação portuguesa na Banda Oriental e enfraquecendo o General Artigas, que começava a ter grande prestígio nas Províncias Unidas do Prata.

Domínio Português na Província Cisplatina (1817/1828)

O General Artigas sabia das movimentações portuguesas na região e isso era motivo de certa preocupação:

Los portugueses se nos cerca con movimientos que no pueden menos que excitar nuestro cuidado. Ya sea interés de aquella corte, ya esfuerzos se los emigrados, ya intriga de Bs. Aires, lo cierto es que vienen. (CARTA DE ARTIGAS A M BARREYRO. PURIFICACIÓN, 11 de enero de 1816, apud, PACHECO & SANGUINETTI 1985, p. 365)

Nesse período histórico, o Vice-Reinado do Prata buscava a sua independência frente à Espanha, justificando ser o verdadeiro sucessor no controle dessas terras, desde o atual Peru até o fim da Patagônia (ABELLA, 2008). Para alcançar esse objetivo, Buenos Aires entrou em várias frentes de batalha, tendo como aliados a Inglaterra e o General Artigas no flanco oriental. Artigas comandava o lado oriental do Rio da Prata, a Banda Oriental. Sob seu comando estavam a atual República Oriental do Uruguai, parte do atual Rio Grande do Sul e a atual região de Misiones, na Argentina.

Em 1811, o General Artigas negociou com o governo de Buenos Aires e fechou acordo para apoio à ofensiva a Montevideu e, em maio seguinte, venceu a Batalha das Pedras, sitiando a cidade (ABELLA, 2008). As autoridades espanholas de Montevideu solicitaram o apoio ao império português, que enviou, em auxílio, o exército de pacificação. O governo de Buenos Aires estava submerso entre muitas frentes de batalha e não se sentia apto a mais esta, com o exército português (ABELLA, 2008). Mesmo assim, Artigas insistiu em manter o cerco a Montevideu, porém sem o apoio portenho.

⁴ General Artigas foi um líder oriental nato. A sua formação nas forças militares espanholas e as sucessivas vitórias contra os ingleses, portugueses, mamelucos e bandidos em geral no pampa gaucho fizeram com que gozasse de enorme prestígio. Foi um dos grandes Generais que apoiou a independência do Vice-Reinado do Prata da Espanha. Depois que Montevideu, subserviente à Espanha, conseguiu apoio de Portugal, Buenos Aires, envolta em várias frentes de batalha, negociou um armistício e reconheceu as terras orientais como terras da Coroa Espanhola. Gral. Artigas e povo oriental não aceitavam mais viver os desmandos espanhóis e criaram um dos grandes momentos da história Uruguiaia: o Êxodo do Povo Oriental, quando milhares de pessoas seguiram o Gral. Artigas em seu exílio no Paraguai (ABELLA, 2008 e NAHUM, 2008).

Pacheco & Sanguinetti (1985) versam que o governo do Gral. Lecor⁵ foi, desde a invasão em 1817 até 1820, um período de conflitos militares para garantir o domínio português. General Lecor, para garantir o apoio, distribuiu terras entre aqueles que o ajudaram a manter a região sob seu domínio. Já tendo a perspectiva da independência do Brasil, ele convocou, em 1821, um congresso para decidir como ficaria a situação da Província Cisplatina. Nesse congresso, foi decidida a incorporação da Província Cisplatina ao Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. Ainda segundo Pacheco & Sanguinetti (1985), a independência brasileira trouxe reflexos para a província, que ficou em disputa entre Brasil e Portugal, causando instabilidade à região. Nahum (2008) elucida que, em 1823, houve uma tentativa dos povos orientais de conquistar a independência uruguaia, a qual foi subjugada.

Em 1824, o Gral. Lecor reassumiu o poder sob o domínio brasileiro. Muitos militares se exilaram em Buenos Aires, criando as condições necessárias para a concentração de tropas que, em 1825, invadiram a Banda Oriental. Essa invasão, conforme Nahum (2008), foi feita pelos “33 Orientales” - assim denominados pelo fato de serem 33 generais com suas tropas, que invadiram o lado oriental do Rio da Prata, sob domínio brasileiro – os quais tiveram importantes vitórias. O governo brasileiro, ao temer perder novas terras, aceitou a sugestão inglesa de mediação e tornou a Banda Oriental um Estado independente de ambos os países, Argentina e Brasil; e tal ideia ganhou força interna, sendo que a maioria dos orientais “no eran ni serian jamás argentinos ni brasileños” (NAHUM, 2008 p. 17). Assim, criou-se o Uruguai.

Revolução Farroupilha (1835/1845)

Torronteguy (1994) traz uma perspectiva diferente a respeito da Revolução Farroupilha. Ele constrói o ambiente que a possibilitou, afirmando que, após a independência do Uruguai (1828), o governo imperial brasileiro “esqueceu” a província de São Pedro e que, além do arrocho fiscal e da interferência direta na exportação do charque produzido nessa província, aquele governo ainda se apropriou de reservas monetárias, que foram transferidas para São Paulo, Rio de

⁵ Gral. Lecor (1764 – 1836) Foi um dos grandes militares portugueses na luta contra a França Napoleônica no início do século XIX. Após a queda de Napoleão em 1815, Lecor e sua divisão são enviados para o Brasil. Logo em seguida, essa divisão é enviada para conquistar o Uruguai. Após a conquista, o Gral. Lecor teve habilidade para governar e manter sob o domínio português e, logo em seguida, sob o domínio brasileiro (ao qual Lecor mostrou mais simpatia e ganhou prestígio ao ser nomeado Visconde por D. Pedro I). Utilizou-se da tática de apoiar as elites locais, dando privilégios e distribuindo grandes extensões de terras no interior do Uruguai e na atual fronteira com o Brasil (ABELLA 2008; PACHECO & SANGUINETTI, 1985).

Janeiro e Santa Catarina, a títulos de empréstimos que nunca foram devolvidos (TORRONTEGUY, 1994).

Torronteguy (1994) afirma que a província foi colocada sob Lei Marcial, mesmo após a guerra de independência do Uruguai, não havendo justificativa para tal ato e os portugueses que se mantiveram na região foram hostilizados por estarem ligados ao poder central. Os proprietários dos saladeros uruguaios e argentinos eram os rivais econômicos dos charqueadores da província de São Pedro, que decidiram pela guerra contra o império para garantir acesso de seus produtos aos mercados do centro do Brasil.

Assim, a Revolução constituiu-se pelos interesses econômicos das grandes elites sulinas, que sentiam que o governo brasileiro atrapalhava seus negócios com os mercados externos, sobretudo com os Estados Unidos, e não os protegia da produção de charque uruguaio e argentino. Logo, os não-proprietários – considerados inferiores na escala social nessa época – eram recrutados, independente da sua vontade, para servirem aos interesses dos grandes proprietários, “[...] ser um desafeto de um estancieiro significava correr risco de vida” (TORRONTEGUY, 1994, p. 57).

Verschoore (2000) afirma que a história do Estado do Rio Grande do Sul reforça-se com a independência do Brasil e com a instalação dos governos provinciais. Contudo, a forte centralização do império brasileiro e a pouca margem de manobra para essas províncias logo causaram insatisfação. O autor ainda afirma que as relações do Governo Central com o Rio Grande do Sul, ao qual se refere como “marginalmente distante e economicamente periférico (VERSCHOORE, 2000 p. 83)”, depreciaram-se de forma rápida. Para Piccolo (1979, p. 97), a Revolução Farroupilha “(...) traduziu fundamentalmente um espírito federativo e a reação de uma província periférica, dependente, sem participação no poder decisório ao nível nacional”.

Torronteguy (IB.) elucida que a Revolução Farroupilha teve um caráter interno e fortaleceu a diferenciação entre as regiões: Campanha (marcada pelos estancieiros), Litoral e Lagunar (portugueses quase sempre fiéis ao poder central) e a região serrana (de vegetação fechada, com escassa população).

O fim da Revolução Farroupilha foi marcado por um grande ganho para as elites locais. Os estancieiros do Rio Grande do Sul beneficiaram-se de favores do governo central brasileiro e escolheram (ainda antes do fim da Revolução Farroupilha) o então Barão de Caxias como governador da província (este estava ligado aos interesses do governo central brasileiro para expandir os negócios na região platina). O Brasil interferiu no Uruguai após o fim da Revolução, para

acabar com a guerra civil daquele país. Com o apoio brasileiro, Urquiza venceu a grande batalha em 1851, derrubando o partido Blanco e colocando no poder o partido Colorado (TORRONTEGUY 1994, PACHECO & SANGUINETTI, 1985, NAHUM 2008). Este apoio brasileiro foi crucial para consolidação do poder dos estancieiros, como é visto a seguir.

Consolidação do Poder dos Estancieiros (1851/1909)

A República Oriental do Uruguai, desde a sua independência em 1828 até 1851, viveu um período turbulento, culminando com a Grande Guerra de 1839 a 1851 (PACHECO & SANGUINETTI, 1996). O Uruguai não obteve, de imediato, o reconhecimento da independência da Espanha, que exigia indenizações para tal. O Brasil, por outro lado, exigia o cumprimento do Tratado de 1828, o qual fixava o Rio Quaraí como limite natural da fronteira, o que, para o Uruguai, seria uma grande perda de território.

Nahum (2008, p. 26) relata que as terras orientais estavam divididas entre Blancos e Colorados, os primeiros mais ligados à Argentina e os Colorados ligados à ideia de projeto nacional, mais independentes. Contudo, o Brasil interferia nessas relações pela questão dos limites e Inglaterra e França por quererem expandir seu domínio político, o que culminou na mencionada Grande Guerra, dividida em duas etapas: 1839 a 1843 e 1843 a 1851. Apenas em 1851, os Colorados fizeram uma grande aliança com o governador de Entre Rios e o Brasil, na chamada Tríplice Aliança, que, em outubro de 1851, conseguiu pacificar o Uruguai, assumindo o poder. No entanto, essa pacificação custou caro ao Uruguai, conforme Pacheco e Sanguinetti (1996):

El tratado de Alianza establecía que habría una alianza perpetua entre los dos Estados [...] Brasil se comprometía a ayudar de inmediato al gobierno legal y prorrogar el auxilio siempre que lo pidiera el gobierno nacional.

El tratado de Límites, el más lesivo de todos, establecía el río Cuareim como línea fronteriza con Brasil. [...] si en 1828 Brasil había perdido las Misiones de hecho, ahora las recuperaba de derecho.

El tratado de Comercio y Navegación, mantenía por diez años la exención de derecho de consumo que tenía la carne salada y los demás productos ganaderos importados en Río Grande por la frontera, y el Estado oriental abolía el que cobraba por la exportación del ganado en pie para el Brasil. Además se declaraba la navegación del río Uruguay y sus afluentes común para ambos los países [...]

El tratado de prestación de Socorro estipulaba que el Brasil otorgaría un préstamo de 60.000 patacones mensuales a la República Oriental con seis por ciento de interés [...]. (PACHECO E SANGUINETTI, 1996, p. 82)

Este tratado deu a tônica da força brasileira frente ao novo Estado Oriental. Apesar de ter contribuído para que o novo Estado tenha alcançado o seu objetivo, o Brasil soube utilizar-se muito bem da situação e atender aos seus interesses internos. Em 1855, um novo conflito instalou-se entre os partidos, resultando em um frágil domínio Blanco.

Em 1863, o Partido Colorado viu a possibilidade de dar um golpe para assumir o poder, tendo o apoio indireto argentino e um apoio direto brasileiro (ABELLA, 2008). Essa intenção do Partido Colorado foi interpretada pelo governo paraguaio como um ato belicista e este declarou guerra ao Brasil em 1864, solicitando autorização à Argentina para passar pela região de Misiones. O governo argentino negou esse pedido e, frente a essa negação, o Paraguai também declarou guerra à Argentina. Nahum (2008) afirma que o governo do Partido Blanco estava colecionando inimigos. Além do Brasil e da Argentina, a Igreja Católica também estava se opondo a este governo. Assim, o governo Blanco buscou apoio em outro Estado menor, o Paraguai, para fazer um contraponto. Em meio ao conflito e com aliados fortes (Brasil, Argentina e a Igreja Católica), o Partido Colorado assumiu o poder em 1865. Assim que os colorados assumiram o poder, a Tríplice Aliança se consolida e o Uruguai entra em guerra com o Paraguai (ABELLA, 2008). Floresceu, assim, a economia de guerra e os grandes estancieiros uruguaios para abastecer a batalha (ABELLA, 2008 e PACHECO & SANGUINETTI, 1996).

Após os imbróglis das disputas territoriais, houve o cercamento dos campos no Rio Grande do Sul. Desde 1850, esse cercamento já deveria ter ocorrido e a Lei de Terras, promulgada em 1850, já confirmava as estâncias que tinham sido doadas⁶. Porém, foi apenas a partir da década de 1870 que a Lei de Terras foi aplicada, quando a cerca começou a cruzar os campos do Pampa de uma forma “legal”. Entretanto,

[...] a não delimitação territorial de suas terras foi uma prática corrente e esteve relacionada à maneira pela qual os fazendeiros se consideravam *senhores e possuidores*. Tanto antes como depois da Lei de Terras, os limites territoriais continuaram a ser o que sempre haviam sido: **definidos segundo os interesses do fazendeiro, nada tendo a ver com limites precisos e inquestionáveis**.

Os fazendeiros haviam construído uma sociedade na qual o limite das terras estava intimamente ligado à criação e recriação de uma rede de relações pessoais (MOTTA, 1996, p. 299, **grifo nosso**)

⁶ Lei de Terras, Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas (Lei Nº 601, Artº 4, de 18 de Setembro de 1850).

O que se pode notar, nesse sentido, é que, mesmo com as cercas e taipas surgindo, ainda era o poder do estancieiro que determinava o foco da interação social. Segundo Garcia (2005), foi a partir da década de 1870 que se iniciou o processo de cercamento, consolidando-se apenas em 1880. Tal processo acabou sacramentando as divisões das terras do lado brasileiro, o que não foi diferente no lado uruguaio, no governo do então presidente Cel. Lorenzo Latorre, que ainda fez várias reformas garantindo a propriedade privada, com amplo apoio dos estancieiros (NAHUM, 2008).

Paralelo à gradativa definição da situação dos campos e à confirmação dos grandes estancieiros como os grandes proprietários, por direito ou por posse, em um sistema jurídico viciado, Garcia (2005) afirma que se abriu a possibilidade para que, apenas em 1909, por meio do Tratado de Retificações de Limites, Brasil e Uruguai confirmassem o que fora decidido em 1851, agora em termos não tão custosos ao Uruguai, permitindo o uso em conjunto dos limites hidrográficos em forma de condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, antes sob domínio brasileiro (NAHUM, 2008).

Interesses Econômicos das Metrôpoles e a Formação Socioeconômica da Província de São Pedro (Século XVIII a Meados do Século XIX)

Logo no início do século XVIII, descobriu-se a importância do Rio da Prata como uma rota até o centro do continente americano (PINTOS, 2008). Nahum (2008, p.5) afirma: “No tiene, en cambio, accidentes geográficos que lo separen de Brasil, lo que explica la permanente influencia de éste en la evolución histórica uruguaya y los estrechos contactos entre poblaciones que estuvieron sólo separadas jurídicamente por límites imprecisos”

Nahum (2008) segue afirmando que, por muito tempo, essas terras foram terras de ninguém e que, lentamente, elas começaram a ter valor por “minas de carne e couro”, já no século XVIII. Todavia, logo, a região platina ganhou destaque pela característica natural portuária, o que desencadeou, mais tarde, a guerra dos portos entre Buenos Aires e Montevideú, despertando, assim, o interesse português, que desejava uma divisão geográfica entre as Américas portuguesa e espanhola (TORRONTÉGUY, 1994). O Império Português tinha interesse em participar do tráfico das mercadorias escoadas pelo Rio da Prata, pois, assim, uniria São Paulo e Rio de Janeiro, sem passar antes em outros centros.

Vacaria del Mar e Integração Nacional

O espaço geográfico que hoje é conhecido como Pampa Gaúcho e o país vizinho do Brasil, Uruguai, durante o período de XVII e XIX, era conhecido como Vacaria del Mar. Foi nesse local que, em meados do século XVII, iniciou-se a “preia ao gado xucro”, atividade que consistia em procurar o gado e dele extrair-se apenas o couro, couro este que era exportado à Europa através de Buenos Aires ou da Colônia de Sacramento. A carne, proveniente desses animais, era consumida no local e apenas o necessário para a subsistência, o restante era deixado no campo para apodrecer, pois ainda não possuía valor econômico (PESAVENTO, 1980). Este rico ativo econômico fez com que, gradativamente, esta região fosse disputada e, como apresentado anteriormente, a mesma foi “trocando de mãos” entre portugueses e espanhóis entre várias guerras e tratados, o que dificilmente trouxe paz a tal região.

Durante a fase do tropeirismo, o gado era conduzido em regime extrativista pelo sul e levado a pé até as chapadas do centro do Brasil. A base econômica para esse sistema agrário era o tropeio de gado, para o corte, e de muares, para o transporte de carga na região das minas. Assim ia surgindo um mercado interno no Brasil. Com o surgimento desse mercado, o gado do Sul do país ganhou notoriedade como alimento para as populações engajadas na atividade mercantil da Coroa. Dessa forma, o Rio Grande do Sul colocou-se como uma economia subsidiária para a economia central de exportação, guiada pela Metrópole⁷.

O tropeiro, na época, era um tipo social por excelência, possuía habilidades tanto para o manejo do gado quanto para a guerra. Havia também escravos e homens livres que os acompanhavam. O negócio do gado estava tomando grandes proporções, levando à redução significativa do rebanho, sendo necessária a reposição dos animais. Juntamente a isso, a mineração do ouro e diamantes estava entrando em decadência, retraindo a procura por animais naquela região. Formava-se um momento de instabilidade e possível crise para a pecuária gaúcha e, nele, apareciam dois novos produtos como oportunidades para o Estado: o charque e o trigo. Com eles, uma reconfiguração econômica e territorial passou a existir. A produção passou a ser especializada em poucos produtos e objetivava, novamente, o mercado interno brasileiro.

⁷ Deffontaines (1938) fala que, nessa época, quando a circulação para o transporte de mantimentos foi a própria criadora de aglomerações, que deu origem a povoados e cidades, pelo caminho dos tropeiros: “Os viajantes antigos descrevem o incessante desfilar das tropas de burros e de mulas ao longo das pistas ou os carros de bois com rodas chiadoras puxados por cinco a dez juntas de bois. [...] Transportavam-se para os portos, metais preciosos e alguns produtos oriundos da agricultura: café, cachaça, açúcar; trazia-se para o interior sal, alimentos, farinha. Em peso, isto representava pequenas quantidades, mas os meios de transporte rudimentares, unicamente por tração animal, faziam do tropeiro um personagem típico; era um dos horizontes de trabalho mais difundidos” (DEFFONTEINES, 1938, p. 124-125).

Além disso, no início do século XVIII, começou a distribuição de sesmarias na região da Campanha. Assim, estava-se definindo a posse da terra e do gado, com o estabelecimento das estâncias no extremo Sul do Brasil.

Charqueadas⁸ e Saladeros⁹

Nahum (2008) afirma que foram poucos homens com dinheiro suficiente que adquiriram junto à corte ou apenas ocuparam imensas quantidades de terras, onde começaram a amansar o gado e aplicar as técnicas primitivas de controle desse gado. Também Torrenteguy (1994, p. 56) afirma que o gado foi dominado e as “correrias pelo gado xucro” terminaram.

Com esta nova configuração na região, consolidou-se uma economia sustentada na produção do charque, que era destinada, principalmente, à alimentação de escravos. Logo, o charque tornou-se um negócio rentável, conferindo um novo valor para a carne, que foi ligado a um mercado interno relativamente estável. Assim, ocorreu uma grande ascensão econômica de pecuaristas-latifundiários da Metade Sul do Estado, formando uma elite política de caráter regionalista, militar e conservadora (HEIDRICH, 2000).

Estava enraizada no Pampa Gaúcho a estrutura fundiária organizada em torno dos latifúndios, possuindo pecuária extensiva de bovinos, ovinos e equinos como principal matriz produtiva. A prosperidade auferida pelo charque proporcionou aos charqueadores a aquisição de escravos, assim, diversos cativos negros desembarcados no Prata foram trazidos para a região e tornaram-se a base da mão de obra das charqueadas rio-grandenses. Criava-se, de tal modo, uma organização social baseada em senhores de terra, gado, charqueadas e escravos, de relações autoritárias e violentas (PESAVENTO, 1980)¹⁰.

Após a conquista do Uruguai, no início do século XIX, o Rio Grande do Sul teve uma nova fronteira entre os rios Ibicuí e Quaraí. Nessa mesma época, foram concedidas as sesmarias na região, permitindo a intensificação das ligações econômicas com o Prata. Contudo, em 1828, com a independência do Uruguai, o Rio Grande do Sul perdeu o controle sobre a Cisplatina, significando a perda do gado uruguaio, que deixa de ser conduzido para as charqueadas brasileiras.

⁸ Propriedade em que se beneficiava a carne, salgando-a, para que pudesse ser comercializada.

⁹ Nome dado as charqueadas no Uruguai.

¹⁰ Nahum (2008) afirma que o Uruguai, em 1830, tinha sua economia baseada na produção de couro e “carne salada” (o mesmo que o charque) e que: “El país dependía de un solo tipo de productos (los derivados de la ganadería) y poucos compradores (Inglaterra, com \$ 700.000; Brasil, com \$ 400.000). Desde su origen, entonces, fue monoproducción y dependiente (NAHUM, 2008, p.19 grifo do autor)”.

Logo depois, em meados da década de 1830, começou a concorrência entre o charque platino e o charque gaúcho pelo mercado brasileiro. O charque uruguaio, que já estava sendo produzido de maneira mecanizada, no modelo de produção capitalista, conseguiu melhores preços e uma melhor colocação no mercado. Essa eficiência produtiva uruguaia foi o prenúncio da decadência do sistema produtivo das charqueadas sulinas, que já se apresentava atrasado, com baixos índices produtivos, sem inovações e com presença maçante do uso da violência na produção.

A seguir, em 1850, com a extinção do tráfico negreiro por meio da Lei Eusébio de Queiroz, o charque gaúcho foi profundamente abalado, pois não contava com a possibilidade de aquisição de nova mão de obra escrava (do outro lado do Oceano Atlântico) e, ainda, sofrendo com a transferência de boa parte da massa de escravos, valorizados pela escassez, para a região central do país (que possuía mais recursos para garantir sua aquisição). Os escravos foram empregados nos cafezais, que iniciavam o seu ciclo de acumulação, e as charqueadas, então, entraram na “crise dos braços”. Juntamente a isso, o processo que começou com a Lei de Terras (1850) terminou com a concessão de sesmarias, fazendo com que a terra, antes gratuita, passasse a ter valor de mercado. Assim, a posse da terra passou a fazer parte dos custos de produção. Com a escassez de terra e de mão de obra, as charqueadas gaúchas entraram em decadência e só se recuperaram após a Revolução Farroupilha, pois a ligação da elite gaúcha com os objetivos do império fez com que as negociações após a grande guerra uruguaia tivessem os termos favoráveis aos interesses da elite do Rio Grande do Sul, fazendo as charqueadas voltarem a ser lucrativas.

De uma forma geral, podem-se dividir os interesses econômicos dessas metrópoles em dois momentos: A) até o fim do século XVII – momento voltado, sobretudo, à rota mercantil que a bacia do Rio da Prata oferecia, valorizado pelo fato dos metais preciosos poderem ser escoados por essa região, desembocando no oceano Atlântico, voltado à Europa. O tráfico de mercadorias era intenso e os limites nunca foram muito bem demarcados. Portugal sempre desejou levar suas fronteiras até as margens do Rio da Prata, tendo, assim, um limite geográfico entre os territórios das duas metrópoles. Isso possibilitou a ação dos bandeirantes, que invadiram, saquearam e escravizaram os índios da região. O gado começou a ser introduzido e a bacia do Rio da Prata ganhou ainda mais importância, por ser um meio de levar os produtos até o centro do território hoje brasileiro, sem os custos de passagem nos portos; e B) séculos XVIII e XIX – cerne desta pesquisa, quando o gado assumiu a importância por seu couro e charque, na base alimentar de toda uma economia escravocrata que, no Brasil, vai durar até quase o fim do século XIX.

No fim, as disputas de duas elites locais mais ou menos conectadas com suas metrópoles foi o fator que definiu a circunstância de que as pessoas deveriam estar aos seus serviços ou serem consideradas criminosas. O campo foi dividido: dentro das sesmarias, a legalidade; fora delas, a criminalidade - El gaucho. Assim, uma sociedade foi gestionada, criando duas classes bem definidas: os proprietários e os não-proprietários de terras e de gado.

A Evolução da Estrutura Fundiária

Com advento do *Uti possidetis* no Direito Internacional, era necessário colonizar as terras para dominá-las, assim a estratégia da Coroa Portuguesa para garantir as posses dessa região foi distribuir, entre militares e os mais “próximos” da Coroa, lotes de Sesmarias¹¹, na ordem de 13.000 ha de terras devolutas.

Para conquistar la buena voluntad de los orientales, conociendo el desaliento provocado por la guerra y convenientemente aconsejado por Nicolás Herrera, Lecor ofreció amnistía a todos aquellos que desertaran de las fuerzas patriotas, brindó militares la oportunidad de servir con su propia graduación en el ejército portugués, fomento el comercio a través del puerto de Montevideo y **distribuyó tierras**, empleos y honores. (PACHECO E SANGUINETTI, 1985, p. 400-401 **grifo nosso**)

A volta ao domínio espanhol permitiu que o gado do Pampa uruguaio fosse conduzido para charqueadas uruguaias, trazendo ainda mais prosperidade para a região. Contudo, na virada do século (1801), os portugueses assumiram o controle dos Sete Povos das Missões e avançaram com sua política de doação de Sesmarias. A conturbada história da região permitiu que o rebanho uruguaio fosse conduzido até as charqueadas gaúchas. No entanto, em 1828, a independência oficial do Uruguai rompeu o fluxo de gado uruguaio para as estâncias gaúchas. Esse rompimento e a taxação ao charque sul-rio-grandense, maior dentro do Estado brasileiro, comparado ao uruguaio e argentino, fez com que, em 1835, estourasse a Revolução Farroupilha (PESAVENTO, 1985).

Nestes imbróglis pela conquista do espaço, o Pampa foi povoado pela Coroa Portuguesa para demonstrar a atenção que esta dava à região. Tal povoação iniciou-se com a fundação do município de Bagé em 1812, depois com a fundação de São Gabriel em 1815, *pari passu* à distribuição das Sesmarias para os militares.

Em relação às reduções do Tape, cabe aprofundar que, segundo Torronteguy (1994), essas foram construídas entre 1626 e 1638 e, na sequência, foram destruí-

¹¹ Sesmarias são grandes porções de terras na ordem de no mínimo 3 léguas (129 km²) (GOULART, 1985 p.79) Complementa-se com: "*Rooted in large grants to military leaders and favored families, this inequality (distribution of land) may have persisted because of limited scale economies in raising cattle on the pampas.*" (ENGERMAN; SOKOLOFF, 1997, p.16)

das, sendo que, apenas em 1682, os espanhóis voltaram à margem oriental do rio Uruguai, fundando os Sete Povos das Missões. Os portugueses estavam atentos a essas movimentações hispânicas:

Para fazer frente às tropas espanholas invasoras, criou núcleos de povoamento português em Mostardas, Estreito, Santo Amaro, Taquari, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira e Conceição do Arroio. Ele distribuiu sistematicamente **sesmarias para oficiais** portugueses. Esse fato reforçou o costume de ter na estância de gado um proprietário que fosse um **chefe militar e local**. (TORRONTEGUY, 1994, pag. 28, **grifo nosso**)

Nesse sistema, havia uma relação direta entre o governo e os grandes estancieiros, representados pelo legislativo desde os primórdios da divisão da região. Logo, o governo mostrava a sua fidelidade aos grandes proprietários. Este sistema de distribuição de Sesmarias e a criação destes “chefes militares e locais” trouxeram vitórias aos portugueses:

Militares de Rio Pardo (...) partiram em 1801 e derrotaram a guarda espanhola de São Martinho na subida da serra que dá acesso ao planalto, iniciando a ocupação portuguesa nas missões; depois, toda a região da depressão central até a fronteira ocidental, rio Uruguai, foi distribuída em **sesmarias**, pelos portugueses. Esses novos limites fronteiriços foram ciosamente patrulhados pelos estancieiros com seus peões-soldados (TORRONTEGUY, 1994, pag. 32, **grifo nosso**)

Com essas vitórias, os estancieiros consolidaram seus poderes:

Os oficiais-proprietários controlavam não só a produção agropastoril, mas a população local de agregados, posteiros, adventícios, serviçais e escravos. **Constituíram o poder, na expressão mais significativa da palavra**. (TORRONTEGUY, 1994, pag. 29, **grifo nosso**)

Este ambiente de guerra permitia confisco para as requisições militares, pois era preciso manter os exércitos. O governo, que mantinha relação próxima com os grandes proprietários e chefes militares, proporcionava os confiscos, o que fez com que muitos empobrecessem e, sem terem outra opção, acabassem buscando abrigo nas grandes estâncias, servindo como charqueadores e posteiros. Assim, a estância como centro social começou a crescer, o que também fez crescer o poder dos grandes proprietários, segundo Torronteguy (1994).

Entretanto, as inúmeras vitórias trouxeram um sentimento de grandeza e os grandes proprietários foram inteligentes em suas relações com os peões de suas instâncias. Ao cumprimentá-los pelas suas façanhas, a recompensa ficava em um efêmero prestígio social, que não era revertido em propriedades, que não era uma mudança social de fato: “As epopeias das lutas guerreiras do pretérito construíram mais do que um povo, construíram o poder dos grandes proprietários” (TORRONTEGUY, 1994, pag. 48-49, **grifo nosso**)

O autor apresenta evidências do fato de o gaúcho ser um ser errante, tropeiro, que cuidava de um gado que andava solto. Um ser que, através das disputas entre

as metrópoles e do advento das dotações de sesmarias (advento, para usar o termo do autor), assim como do alambrado que foi cortando as terras do Rio Grande do Sul, propiciou a formação de dois mundos: o mundo dos grandes proprietários e o mundo dos peões, que ficaram de fora destas sesmarias - o mundo dos não-proprietários (TORRONTEGUY, 1994, p.56). Essas terras foram distribuídas em pagamentos aos oficiais e, assim, Portugal conseguiu ter avanços em territórios que, originalmente, não lhe pertenciam.

Com o passar dos anos, para que se mantivesse o controle das terras em uma espécie de “lobby” entre os proprietários e o governo, é lançada a Lei das Terras:

LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850.

Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. (Lei Nº 601, Artº 1, de 18 de Setembro de 1850)

A Lei de Terras mostrou a força dos grandes proprietários no país. Força que já havia sido demonstrada anteriormente na Revolução Farroupilha. Segundo Torronteguy (1994), o motivo dessa revolução foi muito mais uma questão interna do Rio Grande do Sul do que externa. Não seria mais uma revolução do período regencial brasileiro, essa revolução foi a revolução dos grandes proprietários que, ao perderem a “Banda Oriental” em 1828, perderam matéria prima e, como se isso não fosse suficiente, ainda perderam o subsídio ao charque produzido e o charque produzido com mão de obra livre (mais barata que a mão de obra escrava, pois era contratada apenas para o verão, e a escrava teria que ser sustentada todo o ano, fazendo com que os charqueadores tivessem que criar atividades extras para o inverno, mas que não davam o mesmo lucro).

As guerras e revoluções deram identidade a esta cultura. Os peões que aqui trabalhavam e batalhavam tinham como recompensa seu prestígio social efêmero, que, ao não ser transformado em propriedades, também tinha como missão manter bem clara a divisão de classes sociais. A Revolução Farroupilha não foi diferente, mesmo que, teoricamente, não houvesse uma vitória, a vitória (que era uma maior integração com o Brasil e melhor acesso ao charque dos grandes proprietários aos mercados do

centro do país) aconteceu e isso fez crescer a força dos grandes proprietários. Pode-se pensar que, nessa época, havia algumas áreas bem demarcadas no Rio Grande do Sul. Segundo Torronteguy (1994), a região litorânea e lagunar seguia fiel aos “portugueses” (ao Brasil central); enquanto a campanha estava nas mãos dos grandes proprietários; e a serra, caracterizada por ser uma região de difícil acesso, de mata fechada e região indígena. Essas vitórias só aumentaram o poder dos latifundiários e o abismo de diferença social entre os proprietários e não-proprietários de terras.

Ser gaúcho, nessas características, tornou-se crime. Essa narrativa encontra-se no lado oriental também. Pacheco & Sanguinetti (1985) caracterizam o gaúcho como “un peligro y un obstáculo para el progreso del país.” (1985, p. 189). Seguem ainda afirmando que “el gaúcho” é um sem lei, sem Deus. Para esses escritores, o motivo do surgimento desse tipo de pessoa, deu-se, principalmente, por falta de opções para o desenvolvimento econômico, causado pela Coroa Espanhola, não sobrando a estes outra opção senão o crime, o roubo.

Torronteguy (1994) destaca, ainda, o romantismo da construção do tradicionalismo gaúcho, que criou qualidades que o gaúcho necessariamente não tinha e, assim, riscou o tom pejorativo da alcunha de gaúcho. Essa análise poderia ainda se dar, como mais uma forma de pagamento da dívida com este tipo de trabalhador que deu tudo o que tinha em nome de seus “patrões” (assim como o patrão do Centro de Tradições Gaúchas) e nada receberam, além de muitas palmas ou um cargo de confiança. A não mobilidade de classes era ponto pacífico, não se tocava.

A elite local sul-rio-grandense estava voltada para as questões internas da província. Foram inúmeros os motivos que levaram a isso: o não pagamento dos confiscos cisplatinos, a monarquia (que interferia na escolha dos representantes políticos locais) e o descaso do centro do país, alguns dos motivos que aumentaram o isolamento da província de São Pedro do Sul (TORRONTÉGUY, 1994).

Isolada e com os valores e crenças bem arraigados, a Campanha Gaúcha foi forjada na divisão de classes, dos que possuíam terras e dos que não possuíam, e ratifica-se isso, por exemplo, na carta constitutiva do Partido Republicano Rio Grandense, fundado em 1882, que afirmava, “que não se quer o progresso sem ordem” (OSÓRIO, 1992, p. 17). Mesmo depois da Guerra do Paraguai, da instalação da República, as disputas internas ficaram evidentes na revolta federalista. Os grandes proprietários “não gostaram” de um governo que “se metia onde não era chamado”. E, assim, mudou-se a estrutura do governo, mas ainda se mantinha a divisão de classes. Mesmo com os republicanos, não houve, de imediato, a outorga do título de cidadão para o peão, afinal isso seria ter direito a voto. Além disso, colocá-lo no mesmo nível do governo foi impossível em função do estado de guerra e das disputas internas. Manteve-se, assim, o poder dos estancieiros.

Mesmo do lado uruguaio, a situação não foi diferente. Desde o Gral. Lecor, as terras foram divididas entre os nobres e dadas, como recompensas, aos militares.

Considerações finais

As análises dos dados do Rio Grande do Sul, ao serem cruzados dados sociais e dados da estrutura fundiária, indicam que aquelas regiões que formaram a Vacaria del Mar, palco das disputas territoriais que já haviam começado no século XVI, mas que tiveram destaque nos séculos XVIII e XIX, sobretudo até o ano de 1851 (ano do tratado definitivo dos marcos de fronteiras entre Brasil e Uruguai), são as regiões que apresentam maiores problemas sociais. A segunda metade do século XIX foi marcada pelo esforço das elites locais, tanto gaúchas quanto gauchas, para a manutenção do status quo, resultantes dos imbróglis pelas conquistas dos territórios.

Esses conflitos eram fruto da ambição portuguesa de ter um marco fronteiro geográfico natural, o Rio da Prata, que também daria acesso ao interior da América. Paralelo a isso, a subvalorização espanhola, que tinha suas atenções voltadas para a mineração de metais preciosos na Bolívia e no Peru, só acabou valorizando mais a região a partir da construção da Colônia de Sacramento, por parte de Portugal, às margens do referido Rio, o que acabou sendo fonte de contrabando de metais preciosos. Isso era algo que a Espanha não aceitava.

A utilização do *Uti possidetis* no direito internacional público intensificou a corrida pela divisão e colonização das terras nessa região. Portugal foi muito eficiente neste processo e avançou significativamente em suas possessões anteriores ao Tratado de Madrid (1750). Todavia, as elites sabiam que dependiam da força de trabalho para levar adiante seus objetivos. El gaucho, que vivia de arrebanhar gado xucro, vivendo a cavalo, na liberdade do Pampa Gaúcho, era uma moeda valorizada para ambas as elites, por suas habilidades com o gado, bem como para servir de braços para os conflitos entre as elites, para definir de quem seria essa região, que passou séculos sem ter um marco definitivo. Para El gaucho restava “se abrigar” dentro de uma destas propriedades, destas sesmarias, ou estar contra a lei/estar contra as elites.

Para consolidar a apropriação da terra, na segunda metade do século XIX, foi criada a Lei de Terras (1850) e os cercamentos dos campos (1870-1890). A elite assim estava formada, com a propriedade da terra e com a propriedade da mão de obra (que valorizou após a proibição do tráfico negreiro em 1850). Ambas as elites foram ardilosas para a manutenção de seus status quo. Uma justa remuneração para essa massa de mão de obra, ora peão, ora soldado, seria o pagamento em terras. No entanto, a elite criou outra moeda de pagamento: o efêmero prestígio social.

Enfim, a estrutura social da região também foi desenhada por disputas territoriais exógenas, uma herança que segregou politicamente a cultura gaúcha em três países diferentes (Brasil, Uruguai e Argentina) e produziu elites, que continuaram os conflitos até o estabelecimento definitivo do alcance de poder de cada uma delas. Ao povo desta região restou apenas acatar o que lhe era imposto.

É inegável que ainda hoje há ressonâncias advindas das disputas territoriais nesta região. Seus problemas sociais em evidência deixam claro essa situação. Almeja-se que as antigas disputas territoriais, que cortaram o Pampa, que criaram e consolidaram elites, que trouxeram cercas, que dividiram politicamente povos tão próximos culturalmente, sejam superadas e que a diversidade, que o encontro entre os diferentes (tão semelhantes) seja o diferencial em busca do desenvolvimento em favor do povo que lá vive. Que a integração seja propulsora do desenvolvimento e que, de forma verdadeira, e não demagoga, possamos afirmar: “sirvam nossas façanhas de modelo à toda terra!”.

Referências

- ABELLA, Gonzallo. *Historia Diferente del Uruguay*. Montevideo: Betum San, 2008.
- BENTANCOR ROSÉS, Gladys T. *El espacio cotidiano fronterizo a traves de las estrategias de vida de uruguayos y brasileños en Rivera-Livramento*. 2002. 205 f. Dissertação (Mestrado). Universidad de la República, Montevideu, 2002.
- BETANCOR, Gladys Teresa. As fronteiras num contexto de mudanças: a vida cotidiana das cidades-gêmeas Rivera (Uruguai) e Sant’Ana do Livramento (Brasil). *Ateliê Geográfico*, v. 2, n. 3, Goiânia, maio 2008.
- BRASIL. Decreto-lei Nº 601, Artº 1, de 18 de Setembro de 1850. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em setembro de 2013.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constitui a rede de cidades no Brasil. In.: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 15. 1938
- DIEHL, A.A.; TATIM, D.C. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004
- FALCON, Francisco. *Mercantilismo e transição*. 15ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da Terra: Conflitos e Estrutura Agrária na Campanha Rio-Grandense Oitocentista*. 2005. 195f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) UFRGS. Porto Alegre. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11393/000613729.pdf?sequence=1>> Acesso em setembro de 2013
- GOES, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro exte-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia*. Brasília: IPRI, 1991
- GOULART, J. S. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário de 2006*. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em setembro de 2013.

INE. Instituto Nacional de Estadística. *Atlas Sociodemográfico y de la Desigualdad del Uruguay* (2013). Disponível em: <http://www.ine.gub.uy/biblioteca/Atlas_Sociodemografico/Atlas_fasciculo_1_NBI_versionrevisada.pdf> Acesso em setembro de 2013.

LEAL, A. E. M.; Souza, C. E. G.. *Construindo o conhecimento pela pesquisa: orientação básica para elaboração de trabalhos científicos*. Santa Maria: Sociedade Vicente Pallotti, 2006.

NAHUM, Benjamín. *Breve historia del Uruguay independiente*. Montevideo: Banda Oriental, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: período republicano*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1992, p. 17.

PACHECO, M. Schurmann; SANGUINETTI, M. L. Coolighan. *Historia del Uruguay*. Tomo 1 - Época Indígena, Hispanica y Libertadora. Montevideo: Monteverde, 1985.

PADILHA P. R. P.; TRENTIN, I. C. L. *Reconstituição Sócio-Econômica da Região das Missões / RS*. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/10O461.pdf>> Acesso em: 03/07/2013.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A política rio-grandense no Império. In: *RS: Economia e política*. Por Guilhermino César e outros. Org. José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PINTOS, Aníbal Barrios. *Historia de los Pueblos Orientales*. Tomo II. Del Fin de la Guerra Grande al Novecientos. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2008

PINTOS, Anibal Barrios. *Rivera: Una história diferente*. Tomo II. Montevideo: Ministerio de Educacion y Cultura, 1990.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Cível. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Acordo para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios*. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5105.htm> Acesso em: Fev. 2013.

PUCCI, A. S. *O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguaí*. Brasília: FUNAG, 2010.

RIBEIRO, Claudio Marques. *Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul*. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RIO BRANCO, Miguel Paranhos. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750 / A tormentosa nomeação do jovem Rio Branco para o Itamaraty - Vasco Mariz*. Brasileira: FUNAG, 2010.

SÁNCHEZ, Andrea Quadrelli. *A FRONTEIRA INEVITÁVEL: Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica*. 2002. 209 f. Tese (Programa de Pós Graduação em Antropologia Social) – UFRGS, Porto Alegre.

SCHÄFFER, Neiva Otero. *Urbanização na Fronteira: expansão de Sant' Ana do Livramento/RS*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. *Conexões: Estudos de geografia do Brasil*. São Paulo: Moderna, 2009, p.19

TORRES, J. E. H. *A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida: estudo de caso sobre a caracterização e análise sócio-econômica da pecuária familiar no município de Sant' ana do Livramento/RS*. 2001. 176 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

TORRONTEGUY, T. *As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

VERSCHOORE F., Jorge Renato de Souza. *Metade Sul: uma Análise das Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul*. 2000. 170 f. Dissertação (3º) - Curso de Administração, Departamento de Escola de Administração da UFRGS, UFRGS, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2381/000273280.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 jun. 2013.